



BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09



Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

7 – DIVIDENDOS A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a pagar	440.389	--

8 – OUTROS PASSIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante		
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	32.096	30.577
Outros	1	1
Total	32.097	30.578

(1) Em 31.12.2021, R\$ 30.969 mil (R\$ 29.292 mil em 31.12.2020) referem-se ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos (Earn In/Out) da Brasilveículos (atual MAPFRE Seguros Gerais) alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018.

9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 4.210.872 mil em 31.12.2021 e em 31.12.2020 está dividido em 278.862.835 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R\$ 7.074.640 mil em 31.12.2021 (R\$ 5.924.821 mil em 31.12.2020), corresponde a um valor patrimonial da ação de R\$ 25,37 em 31.12.2021 (R\$ 21,25 em 31.12.2020).

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de Lucros	3.022.066	1.700.901
Reserva legal	842.175	797.599
Reserva Estatutária	2.179.891	903.302

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização da Remuneração de Capital tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, limitada a 80% do valor do capital social, sendo formada com recursos: Equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício e decorrentes de antecipações de dividendos.

A Reserva Estatutária para Reforço de Capital tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, inclusive para aumento do capital nas sociedades das quais participa como acionista e a aquisição de sociedades enquadradas no art. 5º do Estatuto Social, limitada a 80% do valor do capital social e sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos

	Exercício 2021	Exercício 2020
(1) - Lucro líquido	1.761.554	1.864.279
(2) - Reserva legal constituída	44.576	93.214
(=) Base de cálculo (1 - 2)	1.716.978	1.771.065
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	429.245	442.766
(4) - Dividendos adicionais	11.144	424.997
(5) - Reserva Estatutária	1.276.589	903.302
(=) Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)	--	--
(6) - Dividendos propostos (3+4)	440.389	867.763
(7) - Dividendos pagos	--	867.763
(=) Dividendos a pagar (6-7)	440.389	--

A BB Seguros segue a Política de Dividendos disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade.

A Política é revisada anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do Grupo para aprovação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da

BB Seguros Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes e a Proposta de Destinação do Resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e no seu relatório, emitido em 04 de fevereiro de 2022, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2022.

Francisco Olinto Vello Schmitt
Conselheiro

Lucinéia Possar
Presidente

Luis Felipe Vital Nunes Pereira
Conselheiro

c.1) Dividendos por ação

	2º Sem/2021		1º Sem/2021		2º Sem/2020		1º Sem/2020	
	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)
Dividendos	440.389	1,58	--	--	--	--	1.355.284	4,86

10 – PARTES RELACIONADAS

A BB Seguros possui convênio firmado com a BB Seguridade em 15/06/2016, com prazo de vigência de 20 anos, para rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, do espaço físico, dos recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários à manutenção das atividades das Companhias. O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio conforme a efetiva utilização dos recursos. A estrutura compartilhada entre a BB Seguros e seu Controlador contribui para a economicidade na utilização dos recursos.

Os custos com a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal da BB Seguros no exercício de 2021 foram de R\$ 37 mil (R\$ 184 mil no exercício de 2020).

As transações bancárias foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, bem como o rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

A BB Seguros não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

A relação de suas participações em empresas investidas está demonstrada na nota 5.

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Seguros com as partes relacionadas em 31.12.2021 e 31.12.2020 e seus respectivos resultados no exercício de 2021 e 2020:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Controlador Final (1)	Controlador Direto (2)	Empresas Investidas (3)	Total	Controlador Final (1)	Controlador Direto (2)	Empresas Investidas (3)	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	651.112	--	--	651.112	99.337	--	--	99.337
Dividendos a receber	--	--	1.648	1.648	--	--	--	--
Passivos								
Valores a pagar a sociedades ligadas	--	1.127	30.969	32.096	--	1.285	29.292	30.577
Dividendos a pagar	--	440.389	--	440.389	--	--	--	--

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Seguros não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Seguros ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal.

	Exercício 2021				Exercício 2020			
	Controlador Final (1)	Controlador Direto (2)	Empresas Investidas (3)	Total	Controlador Final (1)	Controlador Direto (2)	Empresas Investidas (3)	Total
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras	10.273	--	--	10.273	31.857	--	--	31.857
Despesas de pessoal	(7.901)	--	--	(7.901)	(9.717)	--	--	(9.717)
Despesas administrativas	--	(2.420)	--	(2.420)	--	(1.070)	--	(1.070)
Variações monetárias passivas	--	--	--	--	--	(7.219)	--	(7.219)

(1) O controle direto da BB Seguros foi alterado em 31.12.2012, passando do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. Entretanto, o Banco do Brasil S.A. continua sendo o controlador em última instância.

(2) BB Seguridade Participações S.A.

(3) Empresas relacionadas BB MAPFRE Participações S.A. e suas controladas, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Seguros não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Seguros ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 4 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETOR-PRESIDENTE

Ulisses Christian Silva Assis

DIRETORES

Marcelo Lopes Lourenço
Rafael Augusto Sperendio

CONSELHO FISCAL

Lucineia Possar
Francisco Olinto Vello Schmitt
Luis Felipe Vital Nunes Pereira

COMITÊ DE AUDITORIA

Luiz Claudio Moraes
Artemio Bertholini
Gilberto Lourenço da Aparecida
Manoel Gimenes Ruy
Roberto Lamb

CONTADOR

Pedro Kiefer Braga
CRC-DF 020.786/O-0
CPF 027.782.029-43

MERCADO DE CAPITAIS

Queda vertiginosa nas multas

Sanções aplicadas pela CVM, em 2021, caíram quase 100% em relação a 2020: apenas R\$ 19,3 milhões contra R\$ 950,5 milhões

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou R\$ 19,329 milhões em multas a infratores do mercado de capitais em 2021. O valor total das punições foi 98% inferior ao do ano anterior, quando somou R\$ 950,5 milhões, e a menor cifra desde 2011, quando foram aplicadas multas de R\$ 18 milhões (valor da época, sem correção pela inflação).

O movimento reflete, sobretudo, a ausência de grandes casos julgados com punições elevadas. Em 2020, por exemplo, a CVM aplicou multa de R\$ 500 milhões em um único processo, do Rio Previdência. A baixa reflete

ainda, em parte, o menor número de processos julgados pelo colegiado: foram 56 em 2021, inferior aos 63 do ano anterior, com redução de 11%.

No total, 83 participantes do mercado foram multados no ano passado, além de um inabilitado e 25 advertidos. Dois foram proibidos de atuar no mercado e 114 absolvidos pela CVM. Os dados fazem parte do *Relatório de Atividade Sancionadora*, divulgado ontem. Ao longo do ano, foram iniciados 113 procedimentos administrativos investigativos.

A CVM também apreciou 102 propostas de acordo para encerrar processos administrativos,

os chamados termos de compromisso. Trata-se de um número recorde, superando 2018. Do total, o colegiado aprovou 45 propostas de acordo, envolvendo 98 participantes do mercado de capitais. Somados os valores, o montante atingido foi de R\$ 71,8 milhões.

O total de indícios de crime comunicados pela CVM aos ministérios públicos dos estados e Federal somou 215 em 2021, baixa de 33,8% frente ao ano anterior (325). Apesar da redução, o ano foi marcado por casos de grande repercussão, como o chamado "Faraó dos Bitcoins", apelido de Glaidson Acácio dos

Santos, preso em agosto por supostamente liderar um esquema milionário de pirâmide financeira. O cenário de crise e juros baixos deixa investidores ávidos por rentabilidade, favorecendo esquemas de fraude.

A análise de crimes envolvendo pirâmides não é da competência da autarquia, por isso as suspeitas identificadas são levadas aos MPs. Segundo a CVM, 134 ofícios foram emitidos para os Ministérios Públicos Estaduais no ano passado e 81 foram enviados para o Ministério Público Federal, totalizando os 215 ofícios, segundo maior resultado da série histórica.

Instagram/Reprodução



Atuação de Glaidson, o "Faraó dos Bitcoins", atraiu a CVM